



Niúra Belfort
cadernoum@cinform.com.br

DO DE
RIA GE
IA D
E D

■ “Pode ter havido falha na parte operacional, um problema no equipamento ou o pessoal está colocando produto químico, aleatoriamente, sem ter noção do que está fazendo”. A avaliação é de Petrônio de Barros, presidente do Conselho Regional de Química - CRQ -, ao referir-se à matéria veiculada no Cinform - edição 1596.

Nela, os moradores de um condomínio no Bairro Suíssa, em Aracaju, denunciam uma elevada concentração de alumínio na água fornecida pela Companhia de Saneamento de Sergipe - Deso -, detectada em uma amostra coletada por eles na caixa d'água do residencial.

Segundo Petrônio, a Deso treina operadores para tratar a água quando a função deveria ser desempenhada por técnicos e pessoal de nível superior, a exemplo de químicos e engenheiros químicos. Um levantamento realizado pelo CRQ, em 2008, comprova que a empresa deveria ter cerca de 240 técnicos em química e 31 profissionais de nível superior. Há apenas 17 profissionais da Deso registrados no Conselho.

ANÁLISE

No concurso público da Deso, foram ofertadas quatro vagas para técnico e seis para nível superior. “Como é que a empresa consegue fazer uma média de 3,9 mil análises da água por dia? Porque, pela legislação, se a água for proveniente de rio, essa avaliação deve ser feita a cada duas horas e, se for de poço, a cada dois dias”, ressalta Petrônio.

Sérgio Ferrari, diretor-presidente da Deso, contesta as informações de Petrônio e garante que a empresa tem profissionais capacitados e com formação específica trabalhando na área de controle e qualidade. “A função do técnico e do engenheiro químico é a de disciplinar, de programar, projetar. É uma função criativa. E quem é que vai fazer o trabalho operacional?”, questiona.

Para o gestor, o que o Conselho faz é desacreditar no trabalho dos técnicos e químicos da

empresa. “O CRQ tem o direito de discordar da quantidade de profissionais, mas nós não somos obrigados a acatar o que eles querem. E nós temos profissionais que zelam pela qualidade da água”, afirma o diretor-presidente da Deso.

ERRO

Esse é o maior problema para Ferrari. Segundo ele, a divulgação de uma concentração excessiva de alumínio, em apenas uma amostra de água, pode colocar a população em pânico. “Qualquer técnica estatística diz que você não pode se basear em apenas uma amostra para tirar uma conclusão, para não induzir ao erro. Nós não sabemos onde e como foi coletada essa amostra”, enfatiza.

Ferrari diz ainda que os técnicos da empresa coletaram amostras da água onde ela chega ao condomínio e não identificaram nenhuma anormalidade, mas detectaram diferenças em relação ao resultado apresentado pelos moradores do condomínio e a análise feita pela empresa, tanto na questão do alumínio quanto na cor, no flúor e na dureza da água.

O gestor garante que as análises são feitas, conforme a legislação, no laboratório da própria empresa e, em São Paulo, no ITP. “Se o CRQ está dizendo que o ITP não tem credibilidade, esse é um caso muito sério. Ele é o melhor laboratório do País”, salienta Ferrari para quem a água da Deso é segura e atende aos padrões de qualidade.

FISCALIZAÇÃO

Mas Petrônio de Barros, do CRQ, contesta e garante ter encontrado anormalidades nas próprias análises feitas pela Deso. Ele reuniu toda a documentação e a encaminhou para os **Ministérios Públicos Federal - MPF - e de Sergipe - MPE/SE -**, e para a Ordem dos Advogados de Sergipe - OAB.

O presidente do CRQ levanta uma preocupação. “Quando há uma anormalidade é a Deso que

colhe a amostra e analisa. A empresa fiscaliza ela mesma. Isso não está correto. Quem deveria fazer isso eram as Vigilâncias Sanitárias Municipais e do Estado, o Instituto Parreiras Horta ou o Instituto de Tecnologia e Pesquisa de Sergipe, o ITPS”, avalia.

Ele defende a realização de uma auditoria nas estações de tratamento da Deso com os órgãos citados e a Universidade Federal de Sergipe - UFS -, sem a interferência da empresa. Sérgio Ferrari da Deso, concorda em parte. “Se quiserem fazer uma discussão, o correto é formar uma equipe pela Deso, CRQ, quem quiser. Faremos coleta em conjunto e a análise, e a partir daí, essa discussão poderá ser travada”, enfatiza.

AÇÃO

Em meio à tamanha polêmica, a **Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de MPE/SE** solicitou a inclusão da denúncia feita pelos moradores do condomínio na Ação Civil Pública impetrada pelo Ministério Público de Sergipe contra a Deso.

De acordo com a **promotora de Justiça Mônica Hardman**, um parecer técnico da Coordenadoria de Vigilância Sanitária - Covisa -, referente à avaliação das condições da água distribuída pela Deso em Aracaju de janeiro de 2012 a maio de 2013, revela que “os dados relativos aos parâmetros de cloro residual livre e turbidez indicam que são necessárias medidas de intervenção para redução do risco de vulnerabilidade do sistema”.

A promotora solicita à Justiça a concessão de liminar determinando que a empresa promova as intervenções técnicas necessárias na rede de distribuição de Capital no prazo de 30 dias sob pena de multa diária de R\$ 1 mil. Mônica Hardman pede ainda que o ITPS colete água de outros pontos da rede de distribuição para amostragem e promova uma ampla investigação dos índices de alumínio presentes na água enviando relatório no prazo de 20 dias. ■

CRQ aponta pouca capacitação técnica da Deso para tratar água

Petrônio de Barros ressalta que essa é uma atribuição de técnicos e profissionais de nível superior em Química. Direção da Deso contesta e garante que água fornecida é de qualidade